

Sociología crítica cosmopolita

Trayectorias, diálogos
y figuraciones

José Vicente Tavares-dos-Santos
(ed.)

Sociología Crítica Cosmopolita

Sociología crítica cosmopolita : trayectorias, diálogos y figuraciones / Pablo Vommaro ... [et al.] ; Editado por José Vicente Tavares dos Santos. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2024.

822 p. ; 21 x 14 cm.

ISBN 978-987-813-905-0

1. Sociología. 2. Violencia. 3. Seguridad. I. Vommaro, Pablo II. Tavares dos Santos, José Vicente, ed.

CDD 301.01

Diseño de tapa: Dominique Cortondo Arias

Diseño del interior y maquetado: Eleonora Silva

Sociología Crítica Cosmopolita

Trayectorias, diálogos y figuraciones

José Vicente Tavares-dos-Santos
(ed.)



PLATAFORMAS PARA
EL DIÁLOGO SOCIAL



CLACSO



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Karina Batthyány - Directora Ejecutiva

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory, Marcela Alemandi y Ulises Rubinschik - Producción Editorial



LIBRERÍA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES
CONOCIMIENTO ABIERTO, CONOCIMIENTO LIBRE

Los libros de CLACSO pueden descargarse libremente en formato digital desde cualquier lugar del mundo ingresando a libreria.clacso.org

Sociología Crítica Cosmopolita. Trayectorias, diálogos y figuraciones (Buenos Aires: CLACSO, octubre de 2024).

ISBN 978-987-813-905-0



CC BY-NC-ND 4.0

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>



Suecia

Sverige

Este material/producción ha sido financiado por la Agencia Sueca de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Asdi. La responsabilidad del contenido recae enteramente sobre el creador. Asdi no comparte necesariamente las opiniones e interpretaciones expresadas.

Imaginação e poéticas sociológicas

Ciência, literatura e linguagem

Enio Passiani

Introdução

Três ordens de preocupações nortearam a elaboração deste texto, umas rebatendo sobre as outras e se influenciando mutuamente, entrelaçando-se, compondo, assim, uma única e mesma trama: a pedagógica, a epistemológica e a política – no sentido de que saber e poder não constituem dimensões completamente distintas e apartadas uma da outra, como ensina Foucault (1987; 2008).

Pedagogicamente, preocupa-me como ensinamos sociologia aos(às) nossos(as) alunos(as), que visões, representações, definições de sociologia subjazem e definem os nossos currículos e práticas pedagógicas. Temo que os cursos de sociologia, atualmente, ao menos no Brasil, tanto na graduação quanto na pós, não importa o nível de que estejamos falando, estejam tomadas por aquilo que Wright Mills (1969) chamou de “fetichismo do método e da técnica”. Para ser ainda mais específico, diria que, em relação ao uso das técnicas, somos hoje ameaçados pelo fetichismo do questionário e da entrevista. É como se a sociologia se constituísse em ciência se, e apenas se, utilizasse como técnica de coleta de dados tais instrumentos, o questionário e a entrevista. Obviamente não estou aqui,

a priori, descartando essas maneiras de colher dados. Alerto simplesmente para o fato de que há outros modos, outras técnicas de colheita. É preciso saber escolhê-las em virtude do problema e do objeto de pesquisa construídos.

Noutros termos, a sociologia não será menos ciência se não adotar esta ou aquela técnica, mas certamente será uma ciência mais robusta, mais criativa e crítica se os seus praticantes escolheram as técnicas com mais sabedoria, cautela e ponderação. Como afirmava Mills: “que a teoria e o método se tornem novamente parte da prática de um artesanato” (Mills, 1969, p. 240).

Receio que o fetichismo da técnica acabe por ameaçar e comprometer justamente o artesanato intelectual e uma de suas mais importantes propriedades, a imaginação. Ao que parece, a sociologia se vê ameaçada pela dogmatização (metodológica) que inibe a imaginação, tanto em relação ao modo de coletar os dados como em relação ao seu tratamento e apresentação: o “fetichismo do método” (ou “narcisismo metodológico”) afeta e compromete igualmente a linguagem sociológica, tornando a disciplina excessivamente restrita a especialistas, pois abusa da utilização dos jargões técnicos e, pior, frequentemente tendo pouco a dizer e esclarecer. Nessa toada, a sociologia deixa de esclarecer os mistérios do mundo social devido ao “empirismo árido” que se expressa tanto pela valorização exagerada das técnicas de coletas de dados como pelo uso desmedido do jargão. Ambos obscurecem ao invés de ensinar. E, mais, a sociologia, creio eu, vai perdendo, assim, sua dimensão mais humanista, insulando-se cada vez mais e se tornando uma espécie de prática esotérica restrita a alguns (mas poucos(as) eleitos(as)).

Contra a aridez sociológica, causa e efeito de uma hiperespecialização e de um investimento excessivo em seu caráter aplicado, creio que devemos compartilhar a posição de Robert Nisbet (2000), mais uma vez ele, para quem a sociologia é uma forma de arte, uma vez que os avanços mais significativos da sociologia se deram sob o impulso de estímulos e processos que partilha com a arte.

Nem Nisbet, nem eu, queremos dizer, com isso, que a sociologia não é uma ciência. Ao contrário. E cito o próprio autor a respeito:

“Nada do que eu digo significa que a sociologia não seja uma ciência. Dados os meus propósitos, estou bastante inclinado a colocar a sociologia na mesma linha da física e da biologia, aplicando, para cada uma destas, a essência do que eu [Nisbet] digo sobre a sociologia. Cada uma delas é de fato ciência, mas é também uma forma de arte e, se nos esquecermos disso, corremos o risco de perder a ciência, restando-nos apenas o empiricismo exagerado ou o narcisismo metodológico, cada um deles tão distante da ciência quanto a arte está dos outdoors”. (Nisbet, 2000, p. 112)

Foi o século XIX que tratou de separar radical e drasticamente a arte da ciência, mitificando esta última a partir do método, enquanto a primeira seria fruto da inspiração e da intuição (Nisbet, 2000). Mas, ainda bem, já no início do século XX, tal mito passou a ser combatido, e vários intelectuais (Whitehead, Herbert Read, Bachelard, Einstein, entre outros) passaram a reconhecer que tanto a arte necessita do método, quanto a ciência da intuição e da criatividade, combatendo aquele “empirismo árido”, segundo expressão de Whitehead, que vicejava nas ciências, inclusive a sociologia – e da qual até hoje não está completamente livre, infelizmente.

Portanto, é claro que há diferenças claras entre arte e ciência, mas, o que é mais importante, há congruências, principalmente a maneira como operam o mesmo tipo de imaginação criativa: “E tudo o que impede ou frustra essa imaginação atinge a fonte da própria disciplina. Infelizmente, é isso que está acontecendo hoje [1962] em largas áreas da pesquisa e do ensino sociológico” (Nisbet, 2000, p. 2000). O pensamento criativo na ciência não está limitado à formulação de hipóteses para serem testadas por meios técnicos. Muitas das ideias-chave e das preocupações da sociologia são mais tributárias do romantismo do que o empirismo: Weber, por exemplo, admite que se inspirou na visão de Schiller sobre o

desencantamento do mundo para elaborar seu conceito de “racionalização”; Simmel, Durkheim e Tocqueville não deixaram de atualizar a preocupação romântica acerca do estranhamento do indivíduo em uma sociedade cada vez mais desorganizada e impessoal; Marx confessa igualmente sua dívida em relação a Balzac (Nisbet, 2000). Ademais, as metáforas de espírito literário ajudam a iluminar a realidade social mesmo carecendo de demonstração e fundamentação empírica – “afinidades eletivas” (Goethe) e “manto de aço” (ou “jaula de ferro” segundo tradução de Talcott Parsons para o inglês), em Weber; “fetichismo da mercadoria” em Marx; “solidariedade orgânica e mecânica”, em Durkheim etc, e a lista poderia seguir.

Talvez devêssemos, então, em nossa prática docente e científica, restaurar os vínculos com a literatura, elemento importante na formação do(a) sociólogo(a) presente desde os primórdios da disciplina.

A literatura como recurso e conhecimento sociológicos

Se muitos cientistas sociais procuram, já há algum tempo, aproximar essas duas atividades intelectuais, é preciso lembrar, no entanto, que as relações entre sociologia e literatura nem sempre foram fáceis ou tranquilas.

O sociólogo alemão Wolf Lepenies, em seu livro *As três culturas* (1996), debruçando-se sobre a história da sociologia em três países, Alemanha, Inglaterra e França, assinala que esta disciplina se viu encaixotada entre as ciências naturais e a literatura numa renhida disputa para se estabelecer como a forma (mais) autêntica e legítima de conhecimento. Particularmente em relação à literatura havia também uma competição para saber qual das duas – literatura ou sociologia – se estabeleceria como “chave de orientação da vida moderna” (Lepenies, 1996). Ademais, nessa arena de competição de interpretações, a sociologia enfrentava um dilema que afetou não

apenas a história do seu surgimento, bem como o seu desenvolvimento posterior: “[...] a hesitação entre uma orientação científicista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura” (Lepenies, 1996, p. 11).

A superação de tal hesitação e a formulação de uma solução para o impasse varia conforme o contexto, e cada campo sociológico específico encontrou uma saída peculiar. Para se estabelecer como uma disciplina respeitada, reconhecida e com identidade própria, os(as) sociólogos(as), no alvorecer da disciplina, procuraram se afastar da literatura e das ciências naturais, embora, paradoxalmente, uma certa sociologia de corte positivista, particularmente na França, esforçou-se por se identificar, em algum grau, com as ciências naturais, justamente para sublinhar seu caráter científico. Para Comte, por exemplo, a sociologia era uma espécie de “física social” que configurava um ramo da Biologia. Já na Alemanha, o afastamento em relação ao positivismo foi precoce, e o alinhamento a uma tradição hermenêutica aconteceu cedo, favorecendo, provavelmente, o desenvolvimento de uma sociologia histórica, como é o caso de Weber, ou de uma sociologia do detalhe, do ínfimo, como é o caso de Simmel.

Nos Estados Unidos, a relação entre sociologia e literatura conheceu outra sorte, e sua aproximação foi bem menos problemática e, por conseguinte, mais profícua. Desde a Escola de Chicago (Robert Park, Ernest Burgess e Florian Znaniecki) a literatura é encarada como um importante recurso sociológico. Possivelmente devido a tal influência, é curioso e, ao mesmo tempo, saudável do ponto de vista intelectual, observar a proposta do sociólogo norte-americano Lewis Coser, para quem a literatura consistia num dos meios mais instigantes, prazerosos e frutíferos de se ensinar sociologia. No livro *Sociology through Literature*, de 1963, Coser chamava a atenção, assim como Nisbet fizera um ano antes, para o fato de que a sociologia norte-americana se rendia às técnicas de pesquisa, a empobrecer, desse modo, sua imaginação sociológica e

começava a renunciar à sua capacidade de formular problemas e compreender a sociedade.

Para Coser e seus antepassados de Chicago, além de atizar a imaginação sociológica, a literatura se convertia num riquíssimo recurso sociológico, ou seja, as narrativas literárias poderiam funcionar como ferramentas que o sociólogo pode adotar para entrar em contato com “representações densas de aspectos específicos do social” (Longo, 2016, p. 2). Ou seja, as narrativas literárias constituem parte relevante de nossa experiência da realidade, pois moldam a nossa percepção dos eventos, colocam-nos em relação e lhes atribuem sentido, assumindo, assim como a sociologia, de acordo com tal tradição sociológica, uma função cognitiva.

A literatura representa, portanto, um acesso privilegiado à subjetividade dos atores sociais, clarificando ideias e ideais, sentimentos, valores, formas de representação da realidade e subjetividades que talvez o(a) sociólogo(a) ainda não estivesse suficientemente atento ou mesmo desconhecesse. É como se a literatura lançasse luz sobre determinados aspectos da realidade social que ainda permanecessem subterrâneos, mesmo aos olhos dos cientistas sociais. Segundo Coser (1963), as fontes literárias dão ao(à) sociólogo(a) profundas intuições que serão devidamente sistematizadas de acordo com os padrões teóricos e metodológicos necessários. Nesse sentido, a literatura apresenta um teor epistêmico e cognitivo incontornável¹

É bom que se diga que a literatura não é encarada como espelho fiel da realidade, mas uma espécie de instrumento a partir do qual a realidade social é figurada e significada e, por conseguinte, construída. E são essas figurações e sentidos que interessam ao(à) sociólogo(a): “A literatura como uma fonte concede ao cientista social a oportunidade de romper a superfície de fenômenos sociais, a resultar numa recompensa cognitiva relevante” (Longo, 2016, p. 7). Aí reside a sua importância, aponta Coser (1963): por não ser mero

¹ A esse respeito, consultar Sevänen, 2018 e Gaudez, 2018.

espelho do real, a literatura apresenta a realidade a partir de uma perspectiva frequentemente inesperada, participando da produção de novos pontos de vista sobre o mundo social.

Enquanto processos criativos e cognitivos, sociologia e literatura apresentam em comum, além daquelas semelhanças já apontadas, a capacidade de provocar o que Bachelard (1985) chamou de “pedagogia da ruptura”, i.e., mais do que explicar as experiências que vivenciamos, cabe à ciência e à arte, à sociologia e à literatura, “complicar a experiência”, duvidar constantemente daquilo que se apresenta como dado, como pronto, definitivo e mesmo satisfatório, enfim, provocar o estranhamento.

O ensaio como forma e método sociológico

Os (As) cientistas sociais de maneira geral e não exclusivamente os(as) sociólogos(as) devem estar cientes de que a linguagem não consiste simplesmente num recurso à sua disposição, utilizado para organizar seus dados, análises e interpretações e, em seguida, mobilizado para a exposição dos resultados de sua pesquisa sob a forma de papers, artigos e livros. A sociologia é linguagem – assim como as demais ciências sociais. Por isso se dá a aproximação e o fértil diálogo com a literatura, a despeito das diferenças entre elas já estabelecidas antes.

Logo, cabe ao(à) sociólogo(a) um cuidado todo particular com o uso da linguagem em muitas dimensões: a adequação entre o assunto tratado e sua forma, a dimensão política e epistemológica do texto e sua força comunicativa. Não à toa, assevera Wright-Mills: “uma atitude lúcida em relação às frases e palavras com que as várias questões são definidas libera, com frequência, a imaginação” (Mills, 1969, p. 229). Ou seja, é parte constituinte da imaginação sociológica se fazer entender a partir de uma linguagem clara, límpida, concisa e, ao mesmo tempo, rigorosa, precisa. A falta de inteligibilidade raramente tem a ver com a complexidade do

assunto, nem com a profundidade do pensamento, mas se relaciona com as confusões do autor acadêmico sobre seu próprio status (Mills, 1969).

Como se escrever de maneira inteligível afetasse, compromettesse a condição de cientista-sociólogo(a), de intelectual, como se houvesse uma espécie de rebaixamento de sua condição. Daí a imagem, infelizmente comum inclusive no interior dos próprios campos acadêmicos, de que o(a) intelectual para ser intelectual não pode ser um(a) autor(a) “fácil”, não pode ser compreendido(a) por muitos; é como se o seu prestígio estivesse umbilicalmente ligado à sua (suposta) complexidade: quanto mais complexo(a), quanto mais “difícil”, mais prestigiado(a) se torna. Importante lembrar que a dificuldade do pensamento não depende, para se expressar, da linguagem empolada. Aliás, o exercício inverso se torna ainda mais difícil: traduzir pensamentos complexos numa linguagem acessível. Segundo Mills: “para superar a *prosa* acadêmica, temos de superar primeiro a *pose* acadêmica (Mills, 1969, p. 235, grifos do autor).

Bem se vê que, para o(a) sociólogo(a), a linguagem é importante porque se trata de seu principal meio de expressão, de apresentação dos seus achados. Mas é importante também porque é um vigoroso instrumento para organizar, sistematizar e lidar com os dados. A linguagem, nesse sentido, é igualmente um método porque constitui parte importante da própria análise. O método, é importante lembrar, não se reduz à técnica de coleta de dados, como o “fetichismo do método” faz parecer e, mais, faz crer. A linguagem como método remete a uma importante questão epistemológica que é também política.

Um autor insuspeito como Bourdieu – dado que foi um árduo defensor da sociologia como ciência – apropriou-se de uma série de técnicas narrativas literárias para poder falar o mundo social e sobre o mundo social. De acordo com o sociólogo britânico John Speller (2017), Bourdieu se inspirou profundamente em Flaubert e Proust para criar um estilo de escrita sociológica complexa que

refletisse a complexidade da realidade e integrasse tanto no texto quanto na explicação as múltiplas vozes e perspectivas, inclusive a do autor, que compõem a realidade social. Com isso Bourdieu pretendia estilhaçar o olhar fixo e unitário do observador e nos aproximar (nós, leitores e leitoras) de pontos de vista coexistentes, que ora se completam, ora competem entre si, fragmentando, conseqüentemente, a própria ideia de verdade. Estilisticamente, Bourdieu pretende multiplicar os pontos de vista e vozes a partir da utilização das frases longas, a multiplicação de orações entre parênteses – digressões, associações, homologias –, e a busca pela palavra ou frase perfeitamente adequadas à situação (Speller, 2017).

Daí a importância do ensaio como método e expressão, que, segundo Adorno (2003), evoca e preserva a liberdade de espírito necessária para a construção do conhecimento. No ensaio, nos termos preconizados por Adorno (2003), os conceitos não são construídos a partir de um princípio primeiro, nem convergem para um fim último; por conseguinte, no ensaio, a interpretação jamais é rígida, definitiva e os dados não bastam a si mesmos, mas só adquirem vida a partir do trabalho de interpretação, que, como se disse, nunca é decisiva e inabalável.

O ensaio, portanto, não almeja uma construção fechada, uma vez que uma ordem sem lacunas não equivale ao que existe. Se o que existe é lacunar, então a interpretação sobre o que existe também deve sê-lo, a recusar, assim, qualquer noção positivista de ciência que pretende alcançar uma única e categórica verdade. O ensaio se aproxima da autonomia estética e se opõe à “disciplina da servidão acadêmica” (Adorno, 2003, p. 20), colocando-se a serviço da imaginação e da liberdade de pensamento, abrindo-se a outras possibilidades de interpretação da realidade social:

“Nos processos do pensamento, a dúvida quanto ao direito incondicional do método foi levantada quase tão-somente pelo ensaio. Este leva em conta a consciência da não-identidade, mesmo sem expressá-la; é radical no não-radicalismo, ao se abster de qualquer redução

a um princípio e ao acentuar, em seu caráter fragmentário, o parcial diante do total”. (Adorno, 2003, p. 25)

Noutros termos, simplesmente, tal gênero textual rompe com a identidade entre sujeito e objeto do conhecimento, que resultaria numa única verdade incontestável, e com a ideia de uma totalidade completamente apreensível. Para Adorno, no ensaio, o pensamento se desembaraça da ideia tradicional de verdade. Destarte, ao mesmo tempo, o ensaio suspende o conceito tradicional de método. O ensaio, nesse sentido, corresponde ao método de interpretação que reinstala a diferença, i.e.: se o todo é fragmentado, não homogêneo, é preciso, então, captá-lo fragmentariamente. Os conceitos, portanto, não adquirem sentido a partir de si mesmos e de modo estrito, mas nas relações que se estabelecem entre si e entre eles e a realidade social que se pretende interpretar. O ensaio, pois, não fixa os conceitos definitivamente, mas faz deslizar os seus sentidos conforme os problemas e realidades históricas a serem interpretados. Ao assim proceder, o(a) ensaísta impede que o pensamento avance num sentido único, embora avance sempre, num fluxo contínuo:

“É verdade que esse modo de aprendizado permanece exposto ao erro, e o mesmo ocorre com o ensaio enquanto forma; o preço de sua afinidade com a experiência intelectual mais aberta é aquela falta de segurança que a norma do pensamento estabelecido teme como a própria morte. O ensaio não apenas negligencia a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal dessa certeza. Torna-se verdadeiro pela marcha de seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados”. (Adorno, 2003, p. 30)

O ensaio revela a diversidade, a incomensurabilidade e a incompletude do mundo justamente por se apresentar como a forma que reconhece a si mesma como incompleta, lacunar e aberta a muitas possibilidades de interpretação e retira do seu caráter permanentemente inacabado a sua força, revelando-se, assim, conforme

Adorno (2003), como crítica epistemológica a toda e qualquer concepção de ciência que almeja a completude, a resposta final, a verdade incontestável.

O gênero ensaístico relativiza as respostas, coloca em suspeição e suspensão as verdades e faz da dúvida o motor do conhecimento; ou seja, o ensaio toma a falibilidade e a transitoriedade como fundamentos do conhecimento, inclusive o científico. Justamente por esta razão que o ensaio, escreve Adorno (2003), é a forma crítica por excelência, a suspeitar, inclusive, de si mesmo – o que não deixa de conferir ao ensaio um caráter extremamente audacioso, pois estimula o pensamento incessantemente, encorajando-nos a pensar o próprio pensamento.

Além de forma de expressão, como já se disse aqui, o ensaio é também um modo de apanhar o mundo (social) e apresentá-lo, não como espelho, uma vez que no momento mesmo da apresentação é interpretação, revelação de certos aspectos antes imperceptíveis; de certo modo, é uma reinvenção do mundo social, sua reconstrução noutros termos a permitir a compreensão de alguns elementos que o compõem e ajudam a defini-lo.

Nesse sentido, o ensaio não deixa de ser um método de investigação: em direção contrária a certos preceitos de uma ciência positiva, nega-se a conter o sentido na explicação e propõe, ao contrário, a sua explosão, desdobrando e multiplicando as possibilidades de interpretação. O ensaio como método não subtrai à sociologia sua qualidade e sua identidade como ciência, mas realça suas especificidades como ciência. A sociologia e as demais ciências sociais, como ciência que são, perseguem incansavelmente alguma verdade, e o ensaio como método lembra-nos a todo momento que aquilo que importa não é ponto de chegada, mas o percurso; é no caminho interminável pela busca da verdade, que sempre se encontrará longínqua, inalcançável, que se constrói a imaginação e o conhecimento sociológicos.

Ciência versus ensaio? Uma controvérsia no pensamento social brasileiro

Para que a discussão não soe demasiadamente teórica, vale a pena retomar certa controvérsia que ajudou a definir o campo das ciências sociais no Brasil e nos serve, portanto, de caso empírico. Trata-se da oposição, momentânea, é verdade, entre Antonio Candido e Florestan Fernandes.

É bem conhecida, por um lado, a postura de Florestan Fernandes quanto à forma ensaística (Arruda, 2001 & Jackson, 2007). Uma certa recusa – que, por outro lado, nunca implicou, é bom frisar, uma oposição radical em relação ao ensaio – deve-se, em larga medida, à concepção de ciência e de fazer científico que alimentaram, por bastante tempo, a forja sociológica de Florestan.

Para Florestan, o ensaio se caracteriza pela desproporção entre “a generalidade da interpretação e a precariedade de dados empíricos e recursos analíticos” (Jackson, 2007, p. 34), desautorizando, assim, uma análise solidamente científica da realidade social. Nesse sentido, Florestan, em algum grau, chegava a opor o ensaio à ciência – oposição essa que, por sua vez, opunha igualmente grupos intelectuais e seus respectivos projetos de interpretação do Brasil (Jackson, 2007), tema importante que não abordaremos aqui.

Segundo Florestan, as novas formas de organização e avaliação do trabalho intelectual fundamentadas nos pressupostos da racionalidade científica exigiam o fortalecimento de uma nova forma expressiva, distante do ensaio que caracterizou as interpretações sobre o Brasil das décadas de 1930 e de 1940, fundamentais, mas ainda insuficientes². Em oposição à forma literária da escrita, Florestan privilegiava o discurso permeado por conceitos e marcado pela precisão da linguagem. Noutros termos, o estilo ensaístico

² Tais ensaios seminais são: Casa Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e Formação do Brasil Contemporâneo (1942), de Caio Prado Jr.

rejeitaria a noção de método e de ordenamento sistemático da exposição (Arruda, 2001, p. 213). O sociólogo se esforçava, pois, em articular firmemente o rigor acadêmico-científico à forma de expressão.

Portanto, a sociologia, se se pretendia uma ciência rigorosa, rigidamente embasada teórica e metodologicamente, reivindicava uma forma de expressão específica, adequada e universalizante. Daí o seu empenho quanto à formação e desenvolvimento de uma linguagem sociológica de caráter acadêmico, que acabou se definindo, ao longo de boa parte de sua obra, por uma escrita peculiar; tornando-se também responsável pela institucionalização de tal linguagem.

Conforme Antonio Candido, ao contrário, o ensaio se mostra perfeitamente adequado à sua proposta epistemológica, simpática à abordagem dialética dos processos socio estéticos. Basta observarmos, entre outros, os seguintes textos: *Da vingança, Dialética da malandragem e De cortiço a cortiço*. No ensaio, Candido pôde exercer, à perfeição, uma escrita solta, aparentemente frouxa porque livre do carregado jargão técnico, tão simples quanto precisa, sempre com um jeitão de hipótese que se abre às releituras incessantes (Prado, 1992, p. 136). O texto de Candido soa quase como uma conversa, exibindo sua oralidade, o que deixa a leitura, a princípio, mais agradável. O que não quer dizer uma leitura exatamente fácil, pois os argumentos apresentados são sempre complexos, intrincados, exigindo do leitor cuidado e atenção. Como mestre, Candido oferecia ao leitor prazer e reflexão não como dimensões antípodas da leitura, mas conjugadas num mesmo ato. A elegância simples do seu texto, no entanto, só pôde ser alcançada mediante o trabalho exaustivo sobre a escritura.

No ensaio é que Candido manifesta sua sensibilidade artística para o concreto, que é sempre o resultado, segundo a perspectiva dialética, de múltiplas determinações, passíveis de múltiplas interpretações que só a forma ensaística é capaz promover. É a sensibilidade estética que lhe permite a apreensão intuitiva do

objeto, e à impressão segue o entendimento, a atividade reflexiva, manifestas, ambas, impressão e entendimento, no ensaio. Por isso, o ensaio é expressão e método ao mesmo tempo. É no ensaio que Candido põe em prática o “(...) seu senso do relativo e a flexibilidade com que evita o ponto de vista único, procurando ver o assunto por diversos lados, buscando a máxima inclusividade e a integração (...)” (Arrigucci, 1992, p. 194). Como observa acertadamente Waizbort a propósito de *Formação da literatura brasileira* (2004, p. 91), Candido buscava uma síntese que não pretendia a completude. E essa busca não se limitou à *Formação*, mas adquiriu estatuto de projeto intelectual, espalhando-se por toda sua obra. Sublinhe-se que a “dimensão estética radical” do texto já se encontrava presente em *Os parceiros* do Rio Bonito (Santos, 2002, p. 33), livro de sua fase propriamente sociológica, mas que já revela aqueles pendores teórico-metodológicos que o distinguem de outros cientistas sociais.

É impressionante como Candido consegue transformar vocábulos simples em categorias de pensamento e reflexão, operando deslizamentos pragmáticos sutis; é como se o autor desarticulasse a palavra retirando-a do seu contexto habitual, de seu uso corrente, e a rearticulasse num outro patamar, promovendo um enriquecimento semântico. Ou seja, o autor faz pensar por meio do argumento e por meio da palavra, por meio do conteúdo e por meio da forma, i.e., justamente por meio da abordagem dialética que o ensaio permite pensar. Apenas para ilustrar rapidamente o argumento, lembremos, por exemplo, em seu ensaio sobre O Conde de Monte Cristo, em que transforma o substantivo “vingança” em categoria que permite deslindar – e nos fazer entender – os fundamentos éticos do capitalismo moderno, cujo fundamento é o individualismo excessivo – um indivíduo que ao acreditar poderosamente em si mesmo compromete quaisquer possibilidades de interações mais solidárias. Bem se vê que é na forma ensaística que desenvolve uma estética sociológica que articula dialeticamente

texto e contexto que não se confunde com a sociologia, como ele mesmo faz questão de frisar.

A despeito da desconfiança de Florestan quanto ao ensaio, que o colocou numa oposição oposta à de Candido, há uma guinada em sua trajetória, diminuindo, por assim dizer, a distância entre ambos os autores.

Florestan não se apresentou como um crítico absolutamente avesso ao ensaio, tendo, inclusive, utilizado o termo no título de sua livre docência, *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*, e no livro de 1971, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. Mas é, de fato, em *A revolução burguesa no Brasil*, cujo subtítulo é *Ensaio de interpretação sociológica*, que a forma ensaística é incorporada na tessitura narrativa, adequando o tema tratado à forma de expressão. Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001, p. 315) argumenta que as investidas de Florestan contra o ensaio se abrandaram ao longo dos anos e o subtítulo de *A revolução burguesa* revelaria o recuo crítico frente ao ensaio e testemunharia, finalmente, a admissão da forma ensaística ao lado da sociologia.

Legítimo é perguntarmos o que motivou a mudança no estilo e na perspectiva teórico-metodológica de Florestan. A esta questão, ofereço duas hipóteses que procuram respondê-la³:

1. Primeiro, trata-se da incorporação do marxismo em sua abordagem. Como o próprio Florestan admite, foi durante o seu autoexílio no Canadá que começou a se aprofundar no estudo de autores marxistas: “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá” (Fernandes apud Portela Jr., 2021, p. 301). Portela Jr. (Idem, *ibidem*) afirma que é após o seu retorno ao Brasil que tais estudos serviram de fundamentos para vários escritos seus, entre eles *A revolução burguesa*. Se é a abordagem

³ Estas minhas hipóteses se somam a abordagens anteriores acerca do mesmo problema e procuram complementá-las. A respeito de tal discussão, consultar: Freitag, 1987; Arruda, 2001; Portela Jr., 2021.

dialética que define as perspectivas marxista e marxiana, que marcam a produção de Florestan nos anos 1970, é a forma ensaística, a meu ver, que melhor permite adequar tal abordagem à matéria tratada. Nesse sentido, o ensaio se revela como algo a mais que uma simples forma de apresentação textual, mas como método mesmo. E método sociológico! Passo então à segunda hipótese.

2. A revolução burguesa no Brasil consiste num processo histórico profundamente contraditório, uma vez que a modernização do país não rompe completamente com o passado escravocrata, e a burguesia industrial e comercial que aqui se forma comporta-se ainda de maneira estamental, desenvolvendo um estilo de vida ainda muito semelhante ao da aristocracia agrária. A propósito, cito Florestan: “Aqui, cumpre ressaltar, em especial, a estreita vinculação que se estabeleceu, geneticamente, entre interesses e valores sociais substancialmente conservadores (ou, em outras terminologias: particularistas e elitistas) e a constituição da ordem social competitiva” (Florestan apud Arruda, 2001, p. 270). Uma sociedade de classes, portanto, que não se constitui inteiramente, travando a própria mobilidade social; uma burguesia que se amalgamou a forças sociais retrógradas, a impedir, assim, a implementação de uma liberal democracia substantiva. Daí o nosso “capitalismo difícil” e uma revolução, no fundo, autocrática-burguesa.

A meu ver, só a forma ensaística poderia dar conta de abordar e apresentar um processo social tão contraditório. Ou, noutros termos, só a forma ensaio permitiria a Florestan trabalhar dialeticamente as oposições que caracterizam e definem tal processo; é a forma ensaio que possibilita ao autor “elucidar as relações contraditórias subjacentes a uma totalidade composta de elementos em si mesmos diversos” (Arruda, 2001, p. 294).

Como se trata de um processo que não se completa, malgrado, interrompido, a forma aberta do ensaio se apresenta como método apropriado para o seu exame e interpretação, que vai se construindo aos poucos, pacientemente. Florestan apresenta um argumento, parece desenvolvê-lo até o seu limite e o concluir para, em seguida, retomá-lo acrescentando novos elementos, outras informações e o desdobrar em outras direções. É como se sua interpretação fosse se desenvolvendo em forma de uma espiral sempre crescente, como se fosse um ciclone que vai apanhando e acrescentando cada vez mais dados e informações, desdobrando incessantemente os argumentos. Florestan aspira a uma totalidade argumentativa e interpretativa que, a rigor, jamais chega a termo, jamais se completa, tal como o processo histórico que estuda e descreve.

Talvez possamos afirmar que esse passo atrás dado por Florestan ao admitir o ensaio como forma sociológica não deixe de se apresentar como estratégia metodológica para apreender o Brasil e aprender sobre o Brasil.

Inconclusão, assim espero

Este texto serve, numa tacada só, de sumário e agenda de pesquisas (algumas feitas e outras, oxalá, a serem realizadas) de uma carreira de trinta anos dedicada à pesquisa e à docência nos campos da sociologia da cultura, sociologia da literatura e da leitura, teoria sociológica, pensamento brasileiro e, mais recentemente, da escrita acadêmica. Creio que depois de tanto tempo, cabe-nos tomar posições e as defender, e tomara que não tenham restado quaisquer dúvidas de aqui tomo partido a favor do ensaio.

Incorporar ou repelir o ensaio depende de uma concepção de ciência que subjaz ou mesmo antecede a própria sociologia. Retomo algo já mencionado aqui: o avanço das ciências sociais nos mostrou que, se a busca da verdade não deve ser abandonada, por outro lado tal verdade é absolutamente instável, precária e

transitória. Mais importante é a busca pela verdade do que a verdade em si, uma vez que só assim aprimoramos as maneiras de interpretar o mundo social. Nesse sentido, o texto científico não se apresenta como uma descrição fiel do mundo, mas participa da própria construção do mundo social. Portanto, o texto científico tem implicações políticas. O texto científico possui uma dimensão política, o que não quer dizer que deva ser militante. O texto científico é também político porque revela algo sobre o(a) pesquisador(a), sobre suas intenções e preocupações, sobre suas posições éticas e políticas diante do mundo, porque apresenta, mesmo que não queiramos, alguma normatividade. Normatividade no sentido de apontar mundos possíveis, horizontes morais futuros (por exemplo: pesquisas sobre o racismo, sobre a violência contra a mulher e/ou sobre as desigualdades, dentre outras tantas, vislumbram um mundo social mais igual e justo):

“Neste sentido, escrever sobre poéticas e políticas do texto sociológico significa, em primeiro lugar, partir de uma definição não neutra do texto, entendido como lugar privilegiado para construir e reconstruir a prática científica e, sobretudo, a identidade do pesquisador”.
(Tota, 2005, p. 291)

A ciência, seja ela qual for, portanto, nunca é absolutamente neutra, tampouco em sua forma textual. Ao mesmo tempo, o texto científico não pode recair em fórmulas, em receitas para a ação sob o risco de comprometer ou mesmo arruinar sua dimensão reflexiva e crítica. A respeito, se me permitem, gostaria de citar aqui um pequeno trecho do sociólogo italiano Enzo Colombo:

“Trata-se da tentativa de conjugar a especificidade e a legitimidade de um discurso especializado sobre o social sem deixar de lado a consciência de que tal discurso é inevitavelmente posicionado e parcial, resultado de um olhar sobre a realidade from somewhere [isto é, a partir de algum lugar]”. (Colombo, 2005, p. 283)

O texto científico é lugar da reflexão sobre o mundo social e sobre si mesmo, é o lugar da produção de sentidos que se tornam parte do próprio mundo social que pretendem explicar e interpretar. É uma reflexão que deve apresentar uma voltagem altamente crítica.

Desse ponto de vista, como afirmam Dubet (2012) e Giddens (1984), a sociologia se apresenta como uma espécie de consciência da sociedade: é o modo como a sociedade pode conhecer a si mesma. Tal tarefa não é fácil e, pior, é dolorosa (talvez isso explique por que a sociologia, em particular, e as ciências sociais, em geral, nunca gozaram de muito prestígio e, frequentemente, encontram-se sob ataque): a sociologia mostra que a sociedade não é o que ela crê ser (Dubet, 2012, p. 20). Para mim, portanto, a sociologia deve ser essa ciência impertinente, rebelde, insatisfeita, sempre desconfiada. A sociologia precisa se comportar como uma ciência crítica da sociedade.

O conhecimento sociológico serve para nos conscientizarmos de certos problemas sociais cuja manifestação muitas vezes sequer percebemos, retirando-nos de uma certa letargia, de um certo anestesiamiento que nos paralisa; despertando-nos de um sono que nos acostumou a viver lado a lado com a miséria do mundo sem que nos preocupemos ou nos perturbemos; a sociologia, nesse sentido, é um antídoto contra a indiferença.

O cientista social não se detém simplesmente naquilo que ninguém mais toma conhecimento, mas olha para os mesmos fenômenos que todos enxergam, ainda que os olhe de um modo diferente. Na precisa imagem de Berger: “podemos, então, conceber a ‘sociedade’ também como a estrutura oculta de um edifício, cuja fachada exterior oculta aquela estrutura” (Berger, 1976, p. 40) – a perspectiva sociológica implica “olhar por trás dos bastidores” (Idem, *ibidem*).

A consciência sociológica, para Berger (1976), é “inerentemente desmistificadora”, porque procura escrutinar a dinâmica interna das configurações sociais e investigar as lógicas do social. Tal desmistificação se dá também pela maneira como a pesquisa

sociológica apresenta os dados e sua interpretação, como expressa os resultados da investigação. Isto é, a sociologia desestabiliza os sentidos consagrados, cristalizados, provoca certo estranhamento ao desnaturalizar e desfamiliarizar fenômenos e processos sociais a partir da interpretação cientificamente embasada, rigorosamente fundamentada, mas também pela linguagem, cujos usos são potencializados, como se procurou argumentar aqui, pela forma ensaio, a permitir uma renovação epistemológica e um frescor na abordagem científica.

A sociologia pode contribuir para uma certa sensibilização do nosso espírito, restaurar a nossa capacidade de nos indignarmos e, a partir daí, criar laços mais abrangentes de solidariedade:

“Não está confirmado que a sociologia melhore as sociedades, mas sim que estas seriam piores do que são se a sociologia não lhes devolvesse uma imagem delas mesmas mais ou menos verossímil e, na maior parte dos casos, uma imagem bastante pouco complacente”. (Dubet, 2012, p. 20, tradução minha)

Se a sociologia, a partir do conteúdo e da forma, não operar como uma espécie de consciência crítica da sociedade que estimule olharmos a nós mesmos(as) de uma outra maneira e avistarmos outros mundos possíveis, pergunto-me se valerá a pena continuar a sua prática.

Referências

Adorno, Theodor (2003). “O ensaio como forma”. In: Adorno, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento (2001). “Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo”. In: Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: Edusc.

- Bachelard, Gaston (1985). O novo espírito científico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Berger, Peter (1976). Perspectivas sociológicas. Petrópolis: Vozes.
- Candido, Antonio (2011). A educação pela noite. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- Candido, Antonio (2006). A sociologia no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 18(1), pp. 271-301.
- Candido, Antonio (2004). O discurso e a cidade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas Cidades.
- Candido, Antonio (1971). Tese e antítese. São Paulo: Nacional.
- Colombo, Enzo (2005). “Descrever o social – A arte de escrever e pesquisa empírica”. In: Melucci, Alberto (Org.). Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes.
- Coser, Lewis (1963). Sociology through literature: an introduction reader. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Dubet, François (2012). ¿ Para qué sirve realmente un sociólogo? Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Fernandes, Florestan (2020). A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial / São Paulo: Contracorrente.
- Foucault, Michel (1987). Vigiar e punir. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, Michel (2008). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.

Freitag, Barbara (1987). “Democratização, universidade, revolução”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Unesp.

Gaudez, Florent (2018). “Criar, resistir, escrever: arte, imaginário e engajamento”. *Sociologias*, 20(48), pp. 106-122.

Giddens, Anthony (1984). *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.

Jackson, Luiz Carlos (2007). Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social, USP*, 19(1), pp. 115-130.

Lepenies, Wolf (1996). *As três culturas*. São Paulo: Edusp.

Longo, Mariano (2016). *Fiction and social reality. Literature and narrative as sociological resources*. London and New York: Routledge.

Mills, Charles Wright (1969). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Nisbet, Robert (2000). A sociologia como uma forma de arte. *Plural, USP*, 7: 111-130.

Portela Jr., Aristeu (2021). “Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil”. In: Soares, Eliane Veras et al. (Orgs.). Florestan Fernandes: Trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21.

Prado, Antonio Arnoni (1992). “Anotador à margem”. In: D’Incao, Maria Ângela & Scarabôtolo, Eloísa Faria (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida. Ensaio sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia. das Letras.

Santos, Luiz Antonio C. (2002). “A radicalidade de Os parceiros do Rio Bonito”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17(49), pp. 31-38.

Sevänen, Erkki (2018). “Literatura moderna como forma de discurso e de conhecimento sobre a sociedade”. Sociologias, UFRGS, 20(48), pp. 48-85.

Speller, John. Bourdieu e a literatura (2017). Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI).

Teixeira, Ana Lúcia (2018). Literatura e sociologia: relações de mútua incitação. Sociologias, 20(48), pp. 16-28.

Tota, Anna Lisa (2005). “Políticas e poéticas do texto sociológico – As retóricas da argumentação científica”. In: Melucci, Alberto (Org.). Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes.

Waizbort, Leopoldo (2007). A passagem do três ao um. São Paulo: Cosac Naify.